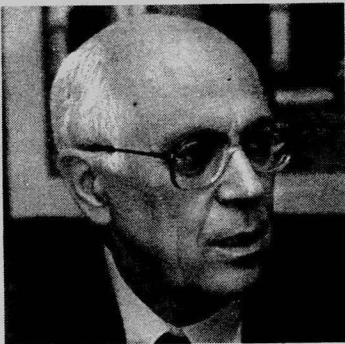


Senado: a ética dos oligarcas



Dalmo Dallari,
professor e jurista

D S T Q Q S S

UMA HISTÓRIA DO NOSSO tempo, envolvendo senadores brasileiros, deixa muito evidente que no Senado da República vigoram duas éticas.

Uma, extremamente rigorosa, para ser aplicada contra os que se atreverem a enfrentar uma oligarquia tradicional, introduzindo práticas democratizantes e procurando dar efetividade

a normas e princípios constitucionais, opondo-se à continuidade de privilégios feudais e dando prioridade ao desenvolvimento humano.

Outra é a ética para os oligarcas, que tudo permite e que, parafraseando Eça de Queiroz, procura sempre “acobertar com o manto diáfano da fantasia a nudez forte da verdade”, fingindo-se impotente para punir os companheiros oligarcas, mesmo quando existirem provas mais do que robustas da prática de ilegalidades. A ética dos oligarcas pode ser resumida numa pequena adaptação do lema da Primeira República brasileira: “Para os amigos tudo, para os inimigos a ética”.

Isso foi agora ressaltado por meio de uma carta aberta do ex-senador João Capiberibe dirigida ao senador Renan Calheiros, que hoje é o beneficiário-mor da ética dos oligarcas. João Capiberibe foi preso político e exilado e, mais tarde, anistiado e retornando ao Brasil, foi

eleito prefeito de Macapá e governador do Estado do Amapá, enfrentando e vencendo o poderoso esquema político-eleitoral de José Sarney.

Isso despertou a ira e a reação dos oligarcas e teve como desfecho a cassação de seu mandato em 2005. Alguns trechos da car-

Segue-se o lema da Primeira República brasileira: “Para os amigos tudo, para os inimigos a ética”

ta aberta do ex-senador Capiberibe são altamente expressivos e esclarecedores e merecem ser aqui reproduzidos.

Depois de lembrar que antes de completar o terceiro ano de mandato foi expurgado do Senado sem direito a defesa, relembra o autor da carta: “O PMDB, 20 dias após as eleições de 2002, impetrou recurso junto ao Tri-

bunal Regional Eleitoral, pedindo a cassação do meu mandato e de minha companheira Janete (eleita deputada federal), pela compra de dois votos por R\$ 26 (vinte e seis reais) cada, pagos em duas suaves prestações. Acusação sustentada por duas testemunhas”.

Absolvido da acusação de compra de votos, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Capiberibe assumiu o mandato, enquanto seus acusadores recorriam para o Tribunal Superior Eleitoral. Antecipando-se à decisão do Judiciário, Renan Calheiros, como presidente do Senado, declarou a cassação do mandato de Capiberibe, apesar da manifestação em contrário de muitos senadores. “Você manteve-se inflexível e cassou o meu mandato, para, em seguida, em clima festivo e triunfante, dar posse ao então seu assessor de gabinete, Gilvan Borges (que tinha sido adversário de João Capiberibe na eleição para o Senado)”. Esse desfecho foi passivamente tole-

rado pelos senadores.

Posteriormente, essa cassação foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal, mas o Tribunal Superior Eleitoral, acolhendo o voto do relator, ministro Carlos Veloso – o mesmo que, em outro processo, considerou não serem “suficientemente robustas” as provas contra Joaquim Roriz – decidiu cassar o mandato do senador João Capiberibe, por considerar provada a compra dos dois votos, acima referida.

No final de sua carta aberta, depois de lamentar que não lhe tivesse sido dada a oportunidade de ser investigado pelo Ministério Público, conclui Capiberibe, homem modesto que jamais sofreu a acusação de abuso do poder ou de corrupção, com certa melancolia mas com inegável acerto: “Se diante daqueles absurdos, cometidos por você, contra mim, tivesse o Senado agido como determina o exercício do poder republicano, certamente não chegaríamos à situação caótica do presente”.

Senado